

**APS Componentes Elétricos S.A.**  
CNPJ nº 04.031.962/0001-69

ro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	Balancos Patrimoniais		Demonstrações de Resultado						Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
		31/12/2022	31/12/2021	Notas	31/12/2022	31/12/2021	Notas	31/12/2022 (não auditado)	31/12/2021	Notas	31/12/2022 (não auditado)	31/12/2021
<b>Circulante</b>												
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.153	1.534									
Contas a receber	5	24.743	16.258									
Adiantamento a fornecedores	-	520	15									
Estoques	6	52.189	43.109									
Impostos a recuperar	7	1.889	394									
Despesas antecipadas	-	20	1									
Outros créditos	-	126	1									
<b>Total</b>		<b>86.641</b>	<b>61.310</b>									
<b>Não circulante</b>												
Imposto de renda e contribuição social - diferido	8	972	-									
Outros créditos	-	16	-									
Imobilizado líquido	10	1.646	1.030									
Intangível	9	80.711	22									
Direitos de uso	11	5.846	-									
<b>Total do Ativo</b>		<b>89.191</b>	<b>1.053</b>									
<b>Total do Ativo</b>		<b>173.832</b>	<b>62.363</b>									
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras												
1. Contexto Operacional												
A APS é uma das maiores empresas de soluções de tecnologia de eletrificação industrial do Brasil, com especialização em produtos ABB desde 2000, que oferece soluções industriais na área elétrica e de automação. Além da sede em São Paulo, conta com filiais e representantes em oito estados brasileiros. <b>Service Laboratório de reparos - Eletrônica e Eletromecânica:</b> A APS conta com avançados laboratórios de reparos homologado pela ABB (São Paulo SP e Feira de Santana-BA), equipado com instrumentos de alta tecnologia, juntamente com corpo técnico qualificado e certificado pela ABB. Os serviços abrangem uma grande variedade de produtos (inversores de frequência, disjuntores de média e baixa tensão, entre outros) com atendimento em todo território nacional. <b>Engenharia - Equipe especializada em realização de projetos:</b> O setor de engenharia é responsável pela elaboração e execução de soluções completas para a ABB. O setor de tecnologia é composto por engenheiros com grande experiência em campo e na elaboração de projetos, com expertise em painéis e cubículos de eletrificação (baixa e média tensão), retrofit, expansão de linhas etc. <b>Produtos a pronta entrega:</b> Ampliada variedade de produtos a pronta entrega, linhas de inversores de frequência, motores, disjuntores de baixa e média tensão, automação industrial, entre outros. Possuímos o maior e mais diverso estoque de produtos ABB da América Latina. <b>1.1 Incorporação reversa - Ducato Capital Holding S.A.</b> A Ducato Capital Holding S.A. linha como atividades preponderantes, identificar e prospectar sociedades para investimento no Brasil, assim como organizar todos os aspectos relevantes e necessários para eventual aquisição, não apenas na fase negocial, mas de estruturação, viabilização, capitalização e fechamento. Em janeiro de 2021, a Ducato realizou aporte de investidores no montante de R\$ 3.179 Mil, para desempenhar suas atividades, que mesmo após a aquisição, continua ainda sob sua responsabilidade, juntamente com a administração desse ativo, além de prospectar outras empresas com atividades correlatas ou complementares, a fim de aproveitar sinergias e fomentar o desenvolvimento da empresa. Em 10 de dezembro de 2021, a Ducato Capital Holding S.A. adquiriu o equivalente a 98,5% do patrimônio líquido da APS Componentes Elétricos S.A., como forma de consolidar as sinergias entre as empresas, em 13 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras referentes ao período de 01/01/2022 a 31/12/2022 no cartório de registro nº 4º ofício da 2ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, sob o nº 0021.5130001-69, posteriormente, em 23 de maio de 2022 a APS Componentes Elétricos S.A. tornou-se Sociedade Anônima - S.A., garantindo a efetiva subsistância econômica e propósito de negócios sob uma única gestão.												
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Praticas Contábeis												
2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara e confirma que todas as informações relevantes e constantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. <b>2.2. Base de mensuração:</b> A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: • do valor justo de ativos e passivos; • da provisão para redução do valor recuperável; • da revalorização de ativos; • do resultado de operações de investimento e de contribuição de capital; • da contribuição social incluem as despesas de impostos correntes, e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que forem diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota- base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$240 mil. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9%. Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando o método dos ativos e passivos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis deles. As provisões para contingências são reconhecidas no resultado do exercício, • Melhorias e outras: Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em 01/01/2022. Fazendo uso das normas IFRS 16, considerando expectativas de primeiros aderentes em uma contratação das normas IFRS 9-Instrumentos Financeiros e IFRS 16-Arrendamentos, contempla exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil. As alterações descritas acima não produzem impactos relevantes nas demonstrações financeiras. <b>II. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31/12/2022.</b> Para as seguintes normas ou alterações a Administração da Companhia ainda não determinou se haverá impacto significativo nas suas demonstrações financeiras, a saber: • Alteração na norma IAS 8- Políticas Contábeis. Mudança de Estimativa e Retificação de Renda: altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 12-Tributos sobre o Lucro (IRPJ e CSLL): traz exceção adicional da isenção de arrendamento imobiliário para os resultados de exercícios subsequentes de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia avalia o impacto que essas alterações terão na sua prática atual.												
2.3. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Praticas Contábeis												
2.4. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara e confirma que todas as informações relevantes e constantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. <b>2.5. Base de mensuração:</b> A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: • do valor justo de ativos e passivos; • da provisão para redução do valor recuperável; • da revalorização de ativos; • do resultado de operações de investimento e de contribuição de capital; • da contribuição social incluem as despesas de impostos correntes, e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que forem diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota- base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$240 mil. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9%. Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando o método dos ativos e passivos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis deles. As provisões para contingências são reconhecidas no resultado do exercício, • Melhorias e outras: Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em 01/01/2022. Fazendo uso das normas IFRS 16, considerando expectativas de primeiros aderentes em uma contratação das normas IFRS 9-Instrumentos Financeiros e IFRS 16-Arrendamentos, contempla exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil. As alterações descritas acima não produzem impactos relevantes nas demonstrações financeiras. <b>II. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31/12/2022.</b> Para as seguintes normas ou alterações a Administração da Companhia ainda não determinou se haverá impacto significativo nas suas demonstrações financeiras, a saber: • Alteração na norma IAS 8- Políticas Contábeis. Mudança de Estimativa e Retificação de Renda: altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 12-Tributos sobre o Lucro (IRPJ e CSLL): traz exceção adicional da isenção de arrendamento imobiliário para os resultados de exercícios subsequentes de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia avalia o impacto que essas alterações terão na sua prática atual.												
2.6. Principais Praticas Contábeis Aplicadas na Elaboração das Demonstrações Financeiras												
2.7. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara e confirma que todas as informações relevantes e constantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. <b>2.8. Base de mensuração:</b> A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: • do valor justo de ativos e passivos; • da provisão para redução do valor recuperável; • da revalorização de ativos; • do resultado de operações de investimento e de contribuição de capital; • da contribuição social incluem as despesas de impostos correntes, e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que forem diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota- base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$240 mil. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9%. Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando o método dos ativos e passivos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis deles. As provisões para contingências são reconhecidas no resultado do exercício, • Melhorias e outras: Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em 01/01/2022. Fazendo uso das normas IFRS 16, considerando expectativas de primeiros aderentes em uma contratação das normas IFRS 9-Instrumentos Financeiros e IFRS 16-Arrendamentos, contempla exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil. As alterações descritas acima não produzem impactos relevantes nas demonstrações financeiras. <b>II. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31/12/2022.</b> Para as seguintes normas ou alterações a Administração da Companhia ainda não determinou se haverá impacto significativo nas suas demonstrações financeiras, a saber: • Alteração na norma IAS 8- Políticas Contábeis. Mudança de Estimativa e Retificação de Renda: altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 12-Tributos sobre o Lucro (IRPJ e CSLL): traz exceção adicional da isenção de arrendamento imobiliário para os resultados de exercícios subsequentes de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia avalia o impacto que essas alterações terão na sua prática atual.												
2.9. Receta operacional líquida												
2.10. Despesas Operacionais												
2.11. Resultado operacional bruto												
2.12. Resultado financeiro líquido												
2.13. Resultado líquido												
2.14. Resultado do exercício												
2.15. Resultado antes do imposto de renda e contribuição social												
2.16. Resultado líquido do Exercício												
2.17. Resultado do exercício												